

as suas allegações = convém facultar ao V. Ex. a sua defesa  
por escrito, assignando-lhe o Presidente do Senado, pra-  
zo para o apresentar, se o quizer. - Salva a redacção. =  
Barão de Bayre.

A este tempo declarou o Sr. Presidente, que por  
ter dado a hora ficava aberta a discussão.

Propôs depois se a Camara approvava que se  
prorogasse a Sessão para nomear-se a Deputação que  
deve apresentar a Sua Magestade o Imperador os De-  
cretos que estão nos termos de serem sancionados: como  
se decidisse que sim, immediatamente se procedeu a esse  
acto, sahindo eleitos por sorte os Srs. Visconde de Que-  
luz, José Joaquim de Carvalho, Marco Antonio Mon-  
teiro de Barros, Affonso de Albuquerque Maranhão, Ba-  
rão de Caxias, João Evangelista de Faria Lobato, Lou-  
renço Rodrigues de Andrade.

O mesmo Sr. Presidente deu para a Ordem do  
Dia, além do Parecer da Commissão da Medacção do  
Diario já designado; o Parecer da Commissão do Regi-  
mento commum sobre a forma da votação, no acto da  
reunião das Camaras: o Parecer da Commissão da  
Cassa sobre o requerimento dos officiaes da Secretaria;  
a continuacão da discussão do Projecto de Lei que hoje  
se tinha aberto; e depois a do Projecto de Lei sobre a  
organisação do Exército.

Levantou-se a Sessão ás duas horas e hum quarto. =  
Visconde de Santo Amaro, Presidente. = João Antonio  
Rodrigues de Carvalho, 1.º Secretario. = Barão de Valença,  
2.º Secretario.

Sessão 88.ª  
No dia 31 de Agosto de 1826.

Presidencia do Sr. Visconde de Santo Amaro.

Aberta a Sessão, foi lida, e approvada a Acta da antece-  
dente.

O Sr. 1.º Secretario fez a leitura dos seguintes Offi-  
cios.



ção do Secretario da Camara dos Deputados:

1.<sup>o</sup> Remittendo a resolução da mesma Camara sobre o Projecto de Lei para a Dotação de sua Magestade o Imperador, e da Familia Imperial.

2.<sup>o</sup> Participando que a dita Camara adoptara intiramente o Projecto de Lei sobre a execução das sentenças que imporem pena de morte.

O Senado ficou interessado.

3.<sup>o</sup> Incluindo hum officio do Ministro de Estado do Negocio da Justica, e outros do Juiz de Direito, e do Promotor Fiscal do Conselho dos Jurados, relativos á duvida que lhes occorria sobre a intelligencia do Decreto de 22 de Novembro de 1823, na Clausula restrictiva com que mandou dar execução ao Projecto de Lei da Assemblia Constituinte, á cerca dos abusos da liberdade da Imprensa; e communicando igualmente que a Camara dos Deputados, conformando-se com o Parecer da Commissão de Constituição, entende que o mencionado Decreto se acha ainda em seu pleno vigor.

O Sr. Secretario, por parte da Commissão de Legislação, lê o seguinte Parecer.

A Commissão he de parecer que o Desembargador João Cardoso de Almeida Amado, está nas circumstancias de ser dispensado pelo Governo do lapso do tempo, vista a impossibilidade de se recolher no prazo marcado. Vis. 31 de Agosto de 1826. = Barão de Alcantara. = Francisco Carneiro de Campos. = Barão de Cayri. = João Antonio Rodrigues de Carvalho. = Visconde de Nararuth. =  
Ficou sobre a Mesa.

O Sr. Carneiro de Campos, requerio urgencia para se dispensar nas formalidades prescriptas pelo Regimento, assim para a discussão do Projecto de Lei relativo á Dotação da Familia Imperial, como para se discutir o continudo do officio a respeito do Juiz dos Jurados, e fazendo-se separação d'estas duas materias, immediatamente se tratou da urgencia requerida para o Projecto



de Lei; e por ser apreciada, entrou em debate, e na votação ficou approvada; dando-se por tanto o Sr. Presidente para a Ordem do Dia da Sessão immediata.

A este tempo pediu a palavra o Sr. Visconde de Maravilha, para fazer algumas observações, sustentando a seguinte

#### Indicação.

„Requiro que o Projecto de Lei sobre a Dotação de sua Magestade o Imperador, e Imperial Familia, seja proposto já a discussão, visto o pouco tempo que resta para se concluir esta Sessão, e a importancia da materia.“ = Visconde de Maravilha.

Foi apoiada, e depois de algum debate, sendo por-

\* Passando-se ta a votação, não ficou approvada. \*

a tratar da urgencia requerida

pelos Srs. Cami-

de Campos sobre

a materia de ju-

ros do jurador,

foi de m. urgencia

apoiada, e finda

a discussão foi ap-

provada.

O Sr. Camião de Campos, por parte da Commis-

são de Legislação, fez a leitura do seguinte

#### Projecto de Lei.

#### A Assemblia Geral Legislativa, Decreta

#### Titulo 1.<sup>o</sup>

#### Forma da eleição das Camaras

#### Artigo 1.<sup>o</sup>

As Camaras das Cidades se compoerão de sete Membros, as das Villas de cinco, eleitos a pluralidade relativa dos votos dos moradores da Cidade, ou Villa, e sua Ter-

#### Artigo 2.<sup>o</sup>

No dia sete de Setembro de cada anno, se procederá a eleição na Casa das Camaras a portas abertas, por scrutinio, e methodo indirecto.

#### Artigo 3.<sup>o</sup>

Tem voto na eleição dos Eleitores dos Vereadores, os que tem voto na nomeação dos Eleitores de Parrochia, na conformidade da Constituição Artigos 91, e 92.

#### Artigo 4.<sup>o</sup>

Podem ser Eleitores, ou Vereadores, os que podem ser nomeados Eleitores para a nomeação dos Deputados, segundo a Constituição Artigo 94.

#### Artigo 5.<sup>o</sup>



Todo aquelle a quem a Lei permite a faculdade de votar, levará em humra sedula dactada, e assignada por elle no verso, escriptas os nomes de sete pessoas para Eleitores dos Vereadores.

#### Artigo 6.<sup>o</sup>

Os que não poderemahir pessoalmente por impedimento grave, mandarão as sedulas em carta fechada ao Presidente da Camara, declarando o motivo por que não vão pessoalmente.

#### Artigo 7.<sup>o</sup>

No dia assignado de achara o Presidente na Casa da Camara com dois Tabeliães, e na falta de algum d'isto, suprirá o seu lugar o Secreário da Camara, ou outro qualquer, para receber as sedulas da propria mão dos votantes; e combinar as nomes das assignaturas, com as pessoas que as entregão, informandose com os circunstantes no caso de duvida, ou falta de conhecimento da pessoa.

#### Artigo 8.<sup>o</sup>

Os Tabeliães servirão para reconhecerem sem emolumento, as assignaturas das sedulas que forem remetidas, mostrando-lhes o Presidente a assignatura, e dacta somente, sem que vejão os nomes das listas, escriptos na parte oposta.

#### Artigo 9.<sup>o</sup>

Recbidas as sedulas, e feitos os reconocimentos, os Tabeliães dirarão a Mesa, que até ahí occuparão com o Presidente, e logo por aclamação serão nomeados dentre os circunstantes, hum Secretario, e dois Escrutinadores, que formarão a Mesa com o Presidente.

#### Artigo 10.<sup>o</sup>

Apurados os votos, as sete pessoas em quem ocahir maior numero de votos, serão os Eleitores dos Vereadores.

#### Artigo 11.<sup>o</sup>

Se algum dos nomeados não estiver presente, por se achar legitimamente impedido, o que constará por não ter vindo entregar pessoalmente a sua sedula, será substituido pelo que lhe succeder em votos.



Artigo 12.<sup>o</sup>

Todo o Cidadão com direito de votar, que não concorrer a dar pessoalmente a sua sedula, ou a não mandar, não tendo legitimo impedimento, pagará dez mil reis para as obras publicas, e entender-se ha que renuncia por dois annos o voto activo, e passivo de tais eleições.

Artigo 13.<sup>o</sup>

Os Eleitores nomeados prestarão juramento pela forma seguinte "Juramos aos Santos Evangelhos, nomear para Vereadores desta Cidade de tal, ou Villa de tal, as pessoas que, segundo meu entendimento, e consciencia, me parecerem mais aptas para desempenhar os deveres de Vereadores, e promover os meios de sustentar a prosperidade publica.

Artigo 14.<sup>o</sup>

No mesmo dia, ou no seguinte, se continuará o acto, e estando reunida a Mesa, cada hum dos Eleitores dará ao Presidente a sua sedula, escripta, datada, e assignada por elle, na qual se continhão no primeiro anno os nomes de sete pessoas, ou de cinco, conforme for Cidade, ou Villa.

Artigo 15.<sup>o</sup>

Toda a apuração, as que obtiverem maior numero de votos serão os Vereadores. A maioria dos votos designará qual he o Presidente, segundo a Constituição Artigo 168, e determinará a scella para os assentos, e substituição no impedimento do Presidente.

Artigo 16.<sup>o</sup>

O Secretario lavrará a Acta, que assignada por elle, pelo Presidente, e Escrutinadores, será guardada no Archivo da Camara, e no prazo de tres dias será remettida a cada hum dos Vereadores, para seu titulo, humma copia authentica, assignada pela Mesa.

Artigo 17.<sup>o</sup>

Igualmente participará a Mesa os nomes dos Vereadores, e o numero dos votos que cada hum obtive, a Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio na Provincia



do Rio de Janeiro, e nas outras aos Presidentes, para  
estes o participarem á mesma Secretaria.

### Artigo 18.º

A Mesa do Collegio Eleitoral, que não fizer expedir, e  
entregar aos Vereadores eleitos, as cédulas da sua eleição,  
pagará douscentos mil reis para as despesas das obras pu-  
blicas, divididas pro rata entre os seus Membros, e fi-  
carão privados de voto activo, e passivo, por tres annos.

### Artigo 19.º

No dia vinte de Dezembro os Vereadores eleitos enviarão  
á Camara os seus titulos, e sendo conferidos, e parcan-  
do legaos, o Escrivão participará aos Vereadores, pa-  
ra que venhão tomar posse.

### Artigo 20.º

No dia sete de Janeiro se apresentarão na Camara  
os novos Vereadores, e prestarão o juramento pela ma-  
neira seguinte = Jurar aos Santos Evangelhos, desem-  
penhar as obrigações de Vereador da fidalidade, ou villa,  
de promover quanto em mim couber os meios de sus-  
tentar a felicidade publica = depois do que tomarão  
posse dos lugares que lhe competirem.

### Artigo 21.º

Os Vereadores servirão por dois annos, e metade do seu  
numero será substituido todos os annos por outra meta-  
de, que deve entrar de novo.

### Artigo 22.º

No fim do primeiro anno da execução do presente De-  
creto a sorte designará os Vereadores que devem ser substitui-  
dos, sem embargo de servirem hum anno somente,  
entrando em urna os nomes de todos para esse fim: reca-  
hendo humas das sortes no Presidente, passará a sel-o a  
quelle que houver obtido maior numero de votos entre  
os que ficão.

### Artigo 23.º

No segundo anno depois da execução do presente De-  
creto nas cidades os sete Eleitores nomearão somente  
trez Vereadores, no terceiro anno quatro, no seguinte  
trez, no outro anno quatro, e assim por diante.



#### Artigo 24.º

Nas Villas se procederá pela mesma maneira, guardada a proporção segundo o numero dos Vereadores que compozerem as suas Camaras, a saber no 2.º anno elegerão os Eleitores dois Vereadores, no 3.º anno tres, no 4.º dois, no 5.º tres.

#### Artigo 25.º

O Elito não apresentará motivo de excusa, excepto 1.º enfermidade grave, e prolongada. 2.º Emprego civil, cujas obrigações sejam incompativeis de se exercerem conjuntamente. 3.º Serviço Militar da 1.ª Linha. 4.º A Partes de barguinhão e ajudante da 2.ª Linha, e quaesquer outras Patentes em occasião de serviço em tempo de guerra.

#### Artigo 26.º

As Excusas serão impetradas na Corte e Provincia do Rio de Janeiro, pela Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, e nas mais Provincias pelos respectivos Presidentes.

#### Artigo 27.º

Apresentada a Excusa á Camara, mandará esta lhe passar pelo Escrivão a copia da Acta, e remetter a ao Substituto.

#### Artigo 28.º

Será substituto do impedido, ou dispensado, aquelle dos Elitos desempregados, que tiver obtido maior numero de votos.

#### Artigo 29.º

Em todos os casos em que acontecer empate entre dois, ou mais Elitos, entrarão os nomes dos que tiverem igual numero de votos, em hum urna, e decidirá a Corte.

#### Artigo 30.º

A Camara que não mandar passar, e remetter a copia da Acta ao Substituto, até oito dias depois de apresentada a excusa, será multada em duzentos mil reis, na forma do Artigo 18.º.

#### Artigo 31.º



Não podem servir de Vereadores conjuntamente no mesmo anno, e na mesma Cidade, ou Villa, Pai, e Filho, Camão, ou Benhado, em quanto durar o cunhadio; devendo no caso de serem nomeados, preferir o que tiver maior numero de votos.

## Titulo 2.<sup>o</sup>

### Funções Municipaes.

#### Artigo 1.<sup>o</sup>

As Camaras são Corporações meramente administrativas, e não exercirão jurisdicção alguma contenciosa.

#### Artigo 2.<sup>o</sup>

Achando-se reunidos a metade, e mais hum dos Vereadores, poderão deliberar a maioria de votos dicidi; e no caso de empate terá o Presidente voto de desempate.

#### Artigo 3.<sup>o</sup>

Logo depois da reunião dos Vereadores em Camara, tratarão estes de nomear d'entre si, hum quesiro de Procurador da Camara, e Conselho, durante o anno, seguinte ás alternativas da mudança, como os mais Vereadores.

#### Artigo 4.<sup>o</sup>

Escolherão tambem hum Vereador que parecer mais apto, para ter a seu cargo escrever em hum livro, a esse fim destinado, todos os factos notaveis que acontecerem na Cidade, ou Villa, e seu Termo; assim como lavrará no fim de cada mez em o mesmo livro, hum termo dos nascimentos, e obitos de todo o Termo; com declarações dos Orphãos, quando os houverem, seus nomes, sexo e idade, para o que receberá dos Parochos das diferentes Freguezias as relações mensaes.

#### Artigo 5.<sup>o</sup>

O Vereador que precisar de algum tempo de licença, a poderá obter da Camara; não será porém permittida por mais de quinze dias em cada trimestre, tendo a Camara sempre em attenção o numero dos Vereadores existentes, o estado dos negocios publicos, e a urgencia dos motivos allegados.

#### Artigo 6.<sup>o</sup>

O Vereador que tiver impedimento justo, o fará saber



ao Presidente, e se faltar sem justificado motivo paga-  
rá, nas cidades quatro mil reis, e nas Villas duas mil  
reis, para as obras do Conselho, que o Escrivão con-  
gará logo em recibo. Faltando os Vereadores actuaes,  
chamar-se-hão os do anno antecedente, quando o  
impedimento seja longo.

Artigo 7.º

Haverão duas Votações na semana, reguladas segun-  
do as circumstancias peculiares dos paizes; durarão  
trez horas, salvo não havendo negocios que exijão  
tanto tempo.

Artigo 8.º

Occorrendo algum negocio urgente, e que não admitta  
demora, o Presidente convocará a Camara extraordina-  
ria, se assim o julgar conveniente, para se tomar a  
competente Deliberação.

Artigo 9.º

Nenhum Vereador poderá votar em negocio de seu  
particular interesse, nem de seu Pais, Filhos, Irmãos,  
ou Cunhados em quanto durar o cunhadio: fora dis-  
tos casos nenhum Vereador se poderá usar de voto.

Artigo 10.º

Nos Termos das Votações, que o Escrivão da Camara  
lançará sempre na presença dos Vereadores, para se-  
rem por elles assignados, poderão os que ficarem ven-  
cidos fazer declarar seu voto, sem produzirem as ra-  
zões em que se firmaram.

Artigo 11.º

Os Vereadores tratarão nas Votações dos bens, e obras  
do Conselho, do Governo economico, e policial da terra,  
e do que neste ramo for a prol dos seus habitantes.

Artigo 12.º

Cuidarão saber o estado em que se achão os bens dos  
Conselhos, para reivindicarem os que se acharem alhe-  
ados contra a determinação das Leis, e farão repor no an-  
tigo estado as servidões, e caminhos publicos, não con-  
sentindo de maneira alguma que os proprietarios  
dos predios usurpem, tapem, obstruam, ou mudem



166.  
a seu arbitrio as estradas. A este fim procederão a humos summaria informação de testemunhas, perante as partes, ou seus procuradores, ainda sem citação das multas.

#### Artigo 13.º

Não poderão vender, ou trocar bens immoveis do Conselho, sem authoridade do Poder Executivo por intermedio dos Presidentes da Provincia, as quaes immoveis as suas representações, feitas conforme o Artigo 6.º do Título 2.º, exprimindo os motivos, e vantagem da alienação, ou troca, com a descripção topographica, e avaliação por peritos dos bens que se pretendem alienar, ou trocar.

#### Artigo 14.º

Obtida a faculdade, as vendas se farão sempre em leilão publico, e a quem mais der, excluidas as officiaes que servirem entao nos Conselhos, e exigindo-se fianças idoneas quando se fizerem a pagamentos, por se não poderem receber logo o dinheiro, pena de responsabilidade pelo prejuizo d'ahi resultante.

#### Artigo 15.º

Da mesma forma, e com as mesmas cautelas, e responsabilidade prescriptas no Artigo antecedente, se farão os aforamentos, e arrendamentos dos bens dos Conselhos; mas estes contratos poderão as Camaras celebrar por simples deliberação, e serão confirmados pelos Presidentes das Provincias.

#### Artigo 16.º

Quando acharem não ser prol dos Conselhos que se aforem, ou arrendem os bens, mandal-os-hão a aproveitar, pondo n'elles bons administradores, para que vinhão a melhor arrecadação, ficando os ditos Viradores responsaveis pela falta de execução.

#### Artigo 17.º

Dentro em dois mezes depois da posse, tornará a Camara as contas ao Procurador, ou Procuradores, e Thesoureiros preteritos, que ainda não as terão dado, e depois de fiscalisadas pelo Corregedor da



Comarca, se remetterão ao Presidente da Provincia, para serem approvadas em Conselho conforme a Lei de 20 de Outubro de 1823, depois do que se farão publicar pela Imprensa, havendo-a. Aparecendo algum alcance, proceder-se-há immediatamente a sua arrecadação, assim como a das rendas, e quaesquer dividas que se dispararão de cobrar, de maneira que não fiquem de hum para outros annos, por negligencia dos Officiaes da Camara, pena de pagarem outro tanto de sua fazenda.

#### Artigo 18.º

Farão avincar por jornaes, ou empreitadas, com os que fixerem as obras, mettendo-as prioritariamente em pregão para preferirem aquelles que se offercerem por menor preço. E quando as obras forem de grande importancia, e algum Socio, ou Empreheendedor se offercerem a fazel-as, percebendo alguma vantagem para sua indemnisação, enviarão as propostas aos Conselhos Gerais da Provincia, e Presidentes, conforme o Titulo 4.º Artigos 5.º e 6.º

#### Artigo 19.º

Farão pôr em boa guarda todas as rendas, feitos, coimas, e mais coizas que a Camara pertencão, em arca forte de tres chaves, das quaes humas estará em poder do primeiro Viceador immediato ao Presidente, a segunda do Thesoureiro, a terceira do Secreário.

#### Artigo 20.º

E igualmente mandarão fazer os cofres, e armarios precisos, não os havendo, para a guarda dos documentos das eleições, escripturas, e mais papeis que formão o archive da Camara, e aonde se tenham os Livros das Votações, Tombos, e quaesquer outros, conforme as Leis, os quaes todos devem ser numerados, e rubricados pelo Presidente, com seus termos de enfeerramento.

#### Artigo 21.º

Requererão aos Magistrados, a quem as Leis tem ordenado, que lhes fação o tombamento de seus bens, e geralmente defendeção perante as Justicas, seus di-



netos, para que lhes façam manter, não fazendo so-  
brelhes arisca alguma com poderosos.

### Artigo 22.<sup>o</sup>

Não poderão quitar coima, nem divida alguma do  
Conselho, pena de nulidade, e de pagarem a novada.

### Titulo 3.<sup>o</sup>

#### Posturas Policias

### Artigo 1.<sup>o</sup>

Serão a seu cargo tudo quanto diz respeito a Policia,  
Economia das Povoações e seus Termos, pelo que toma-  
rão deliberações, e proverão por suas Posturas sobre ob-  
jectos seguintes.

Paragrafo 1.<sup>o</sup> Alinhamento, limpeza, illumina-  
ção, e desimpachamento das ruas, ruas, e praças; con-  
servação, e reparos de muralhas feitas para seguran-  
ça dos edificios, e das prisões publicas; calcadas, pontes,  
fontes, aqueductos, chafarizes, picos, tanques, e qua-  
quer outras construcções em beneficio commum dos ha-  
bitantes, ou para decore, e ornamento das Povoações.

Paragrafo 2.<sup>o</sup> Sobre o estabelecimento de cemiterios  
fora do recinto dos Templos, conferindo a esse fim com  
a principal authoridade Ecclesiastica do lugar; so-  
bre o esgotamento dos pantanos, e qualquer estagna-  
ção de aguas infectas; sobre a economia, e accio dos  
currais, e matadouros publicos; sobre a colocação de  
cortumes; sobre os depositos de emundices, e quanto  
possa alterar, e corrempir a salubridade d'atmosfera.

Paragrafo 3.<sup>o</sup> Sobre edificios ruineros, escavações,  
e precipicios nas vizinhanças das povoações; man-  
dando-lhes pôr divisas para advertir os que transitam;  
suspensão, e lançamento de corpos que possam prejudi-  
car, ou embaraçar os viandantes; cautela contra o  
perigo proveniente da dragação dos loucos, embri-  
agados, de animais feroces, ou damnados, e d'aquel-  
los que correndo podem incommodar aos habitantes.

Paragrafo 4.<sup>o</sup> Sobre as vaserias nas ruas em ho-  
ras de silencio; injurias, e obscenidades contra a mo-  
ral publica.



Paragrafo 5.º Sobre os damnhinhos, e os que tra-  
zem gado solto sem pastor, em lugares aonde possam  
causar qualquer prejuizo aos habitantes, ou lavouras;  
extirpação dos reptis venenosos, ou de quaisquer ani-  
mais, e insectos devoradores das plantas; e sobre tudo  
o mais que der respeito a policia dos campos, aos  
quaes fôrão ao menos hum visita em cada anno.

Paragrafo 6.º Sobre construcção, reparo, e conser-  
vação das estradas, e caminhos; plantação de árvo-  
res para preservaçao de seus limites, e commodidade  
dos viajantes; e das que fôrão uteis para sustentação  
dos homens, e dos animais, ou sirrão para fabricação  
de polvora, e outros objectos de defeza.

Paragrafo 7.º Proverão sobre a pastagem pa-  
ra os gados do consumo diario, precedendo todas as  
formalidades até effectivo pagamento aos propieta-  
ries das terras que fôrão destinadas a esse fim, se os  
Conselhos não as tiverem.

Paragrafo 8.º Protegerão os creadores, e todas as  
pessôas que trouxerem seus gados para os venderem,  
contra quaisquer oppressões dos Empregados dos Al-  
gistas, e Currais dos Conselhos, aonde os haja, ou dos  
charchantes e barcabores d'este genero; castigando  
com multas, e prisão, nos termos do Titulo 3.º artigo  
7.º, os que lhes fôrão vexames, e acintes para os  
desviarem do mercado.

Paragrafo 9.º Se nos matadouros publicos, se  
poderão matar, e esquarterar os rezes; e calculado o  
arrebamento de cada hum cabeça de gado para o  
pagamento dos impostos, e encargos a que esteja  
sujeito; e pago o mesmo imposto, ou dando-se fian-  
ça idonea a contento dos tractores, permittir-se-ha  
aos donos dos gados conduzir os, depois de esquartera-  
dos, e vendê-los pelo preço que quizerem, e aonde  
bem lhes convier; com tanto que o fação em lugares  
patentes, em que a Camara possa fiscalizar a lim-  
peza, e salubridade dos talhos, e da carne, assim co-  
mo a fidelidade dos pesos.



Paragrafo 10.<sup>o</sup> Poderão as Camaras fazer arrematar em Leilão, o aluguer das casas de acougues que lhe pertencão, a quem mais der; mas sem que por isso se julgue restringido o numero dos talhoes a essa assim arrematados, podendo qualquer vender carnes, ainda em outros lugares, conforme o Artigo antecedente.

Paragrafo 11.<sup>o</sup> Proverão geralmente sobre a franqueza das feiras, e mercados, abastança, e salubridade de todos os mantimentos, e outros objectos exportos a venda publica, tendo balança de ver o peso, e padrões de todos os pesos, e medidas, para se regularem as aferições, e sobre quanto possa favorecer a agricultura, commercio, e industria dos seus districtos; absten-  
do-se absolutamente de taxar os preços dos generos, ou de lhes pôr outras restricções a ampla liberdade que compete a seus donos. E para fiscalisar os objectos indicados neste, e antecedente artigos, farão humas correições em cada trimestre.

Paragrafo 12.<sup>o</sup> Exceptuão-se os casos de peste, de fome, e de guerra declarada, ou outra semelhante calamidade publica, os quaes só poderão authorisar alguma medida temporaria, e da ultima necessidade, tomada com conselho dos homens bons, e participada immediatamente ao Presidente da Provincia, e ao Conselho Geral, estando congregado.

Paragrafo 13.<sup>o</sup> Exceptuão-se em segundo lugar a venda da pólvora, que pelo seu perigo só se poderá vender nos lugares marcados pelas Camaras, e fora de povoado; para o que se fará conveniente Postura, que imponha condemnação aos que a contravierem.

Paragrafo 14.<sup>o</sup> Poderão authorisar espectáculos publicos, nas ruas, praças, e arraiaes, humavez que não ofendam a moral publica, mediante alguma modica gratificação para as rendas do Conselho, que fixarão por suas Posturas.

Paragrafo 15.<sup>o</sup> Darão passaportes aos que os pedirem para viajar no interior do Império, exigindo folha corrida, e fazendo quaisquer outras averi-



209  
quações, para que se não concedão a criminosos.

Paragrafo 16.º Ordenarão a numeração de todos os predios urbanos, e rusticos, pondo-lhes o numero escripto com letras brancas, em campo negro, sobre a porta principal, assim como o alistamento de todos os habitantes Nacionais, e Estrangeiros domiciliados; e as indagações dos mais objectos indicados na Tabella, ou llencho geral de Statistica, que lhes deve ser communicado pelo Presidente da Provincia.

#### Artigo 2.º

Cuidarão os Vereadores, além d'isto, em adquirir modelos de maquina, e instrumentos rurais, ou das artes, para que se fação conhecidos aos Agricultores, e Industrioses.

#### Artigo 3.º

Tratarão de haver novos animaes uteis, ou de melhorar as raças dos existentes, assim como de ajuntar sementes de plantas interessantes, e arvores fructiferas, ou prestadias, para as distribuirem pelos Lavradores.

#### Artigo 4.º

Cuidarão no estabelecimento, e conservação das casas de caridade, para que se criem expositos, se currem os doentes necessitados, e se vacinem todos os meninos do Districto, e adultos que o não tiverem fidei; tendo Medico, ou Cirurgião de partido.

#### Artigo 5.º

Terão inspecção sobre as Escolas de primeiras letras, e educação, e destino dos Orphãos pobres, em cujo numero entrão os expositos; e quando estes estabelecimentos, e os de caridade, de que trata o Artigo 4.º, se achem por Lei, ou de facto encarruados em alguma Cidade, ou Villa, a outras Authoridades individuais, ou collectivas, as Camaras concorrão sempre quanto estiver de sua parte, para a prosperidade, e augmento do referido estabelecimentos.

#### Artigo 6.º

Sobre todos estes objectos de suas attribuições, e o mais que expressamente as Leis hajão de encarrugar-lhes,



tomarão as Camaras suas deliberações, e acordos, ou fará Pasturas na forma até aqui praticada, e declarada no Livro 4.<sup>o</sup> das Ordenações Título 66 Paragrafos 28, 29, e 30, sem com tudo chamar os Juizes, por não lhes pertencer já a presidencia, nem o governo economico das Terras.

#### Artigo 7.<sup>o</sup>

Poderão em os ditos seus Acordos, e Pasturas, cominar e impor penas até oito dias de prisão, e trinta mil réis de indemnização: os ditos Acordos, e Pasturas só terão vigor por hum anno, em quanto não forem confirmadas, e cujas sem serão levadas ao Conselho Geral, e por este ao Poder executivo, conforme a Constituição Artigos 82, e 84.

#### Artigo 8.<sup>o</sup>

Os Cidadãos q.<sup>se</sup> sentirem agravados pelas Deliberações, Acordos, e Pasturas das Camaras, poderão recorrer para as Relações do Districto, quando a materia pertencer a Jurisprudencia contenciosa, e ao Presidente da Provincia, e por este ao Governo, quando for meramente economica, e administrativa.

#### Título 4.<sup>o</sup>

#### Aplicação das Rendas.

#### Artigo 1.<sup>o</sup>

Não despendirão as rendas do Conselho senão em objectos proprios de suas attribuições, nem darão ao Juiz, ou outro Empregado senão o que por Lei, ou Provisão estiver determinado, ou no futuro for ordenado pelo Poder Legislativo.

#### Artigo 2.<sup>o</sup>

Não farão festas á custa das Camaras, senão as do Corpo de Deus, e aquellas que por Lei lhes forem expressamente ordenadas; mas em nenhuma d'ellas se darão propinas, brandos, tochas, ou villas, e só se despendirá o que for necessario para o Culto Divino.

#### Artigo 3.<sup>o</sup>

Mandarão fazer todos os pagamentos, depois da competente deliberação tomada em Votação, por mandado passado pelo Escrivão, e assignado por elles Vota-



advers. Nas cartas d'estes mandados lavrará o Escri-  
vão o conhecimento, que fará assignar pelas partes que  
receberem, e servirão de títulos para legalização das duppas.

#### Artigo 4.<sup>o</sup>

Não podendo prover a todos os objectos de suas attribuições,  
preferirão aquelles que forem mais urgentes, e nas Cida-  
des, ou Villas, aonde não houverem Casas de Misericor-  
dia, attentarão principalmente na creação dos Expo-  
zitos, sua educação, e de mais orphaes pobres, e desamparados.

#### Artigo 5.<sup>o</sup>

E geralmente quando suas rendas não chegarem,  
quando quizerem alienar, ou trocar bem immoviel,  
contrahir algum emprestimo, quando projectarem al-  
guma estrada, ponte, ou outra obra de grande mon-  
ta, quando precisarem de qualquer medida Legisla-  
tiva que abraça o seu districto, ou se sentirem gra-  
vados pela execução de alguma Lei, ou acto de al-  
guma authoridade, enviarão suas representações,  
propostas, e cartas, conforme o que se determina no  
artigo subsequente.

#### Artigo 6.<sup>o</sup>

Em Camara, e acto de Vereação com os homens bons re-  
ção feitas, e assignadas as representações, propostas, e  
cartas que se fizerem em nome das mesmas Camaras,  
pelo de nulidade; e serão remittidas aos Conselhos Ge-  
raes, ou ao Presidente da Provincia, sendo negocio de  
suas attribuições, ou que devão passar pelo seu interme-  
dio, ou directamente ao Governo quando forem sobre  
outros objectos, como congratulações ao Soberano, ou  
queixas contra o Empregado da Provincia.

#### Artigo 7.<sup>o</sup>

Não prohibido porém todo o ajuntamento para tratar,  
ou decidir negocios não comprehendidos neste Regi-  
mento, como proposições, deliberações, e decisões feitas  
em nome do Povo, e por isso nullo, incompetentes, e  
contrarios a Constituição artigo 167, e muito me-  
nos para depor Authoridade, ficando entendido  
que são subordinados aos Presidentes das Provincias,



que são os primeiros Administradores d'ellas.

170.

Título 5.º

Dos Juizes Almotacés, do Procurador, Thesou-  
reiro, Escrivões das Camaras, e outros officiaes.

Artigo 1.º

Ficão subsistindo por ora os Juizes Almotacés, os  
quais serão nomeados pelos Vereadores no principio de  
cada hum anno; mas sem dependencia da interven-  
ção dos Alcaides Mores, e não se tendo em vista senão  
a idoneidade dos que se houverem de nomear. Serão  
duo para cada Cidade, ou Villa, e outros duo para o  
Termo, quando este for extenso: servirão cada hum os seus  
semitre, substituindo-se reciprocamente, e poderão  
ser reconduzidos quando mostrarem zelo do serviço.

Artigo 2.º

Os Juizes Almotacés, seus Escrivões, e o Rendeiro das  
Coimas, guardarão o Regimento da Ordenação Li-  
vro 4.º Titulo 68, e 72, e mais Leis que lhes são relati-  
vas, menos pelo que toca ás taxas, e o mais que for in-  
compativel com o presente Decreto: recorrer-se-ha do  
Juizes Almotacés para os Juizes de Fora, ou Ordinarios.

Artigo 3.º

Os Procuradores, Thesoureiros, e Escrivões das Camaras,  
usarão do Regimento que lhe he relativo na Ordena-  
ção Livro 4.º Titulo 69, 70, e 71.

Artigo 4.º

Os Procuradores requererão que se fação as correições  
nas fidalas, e Villas, e veritas aos Campos conforme es-  
ta ordenado nesta Lei, e farão escrever nos Termos das  
Vilações estes requisitos, e o mais que fizerem a prol dos  
Conselhos, sendo de alguma importancia.

Artigo 5.º

Os Thesoureiros arrecadarão as rendas, e farão as despe-  
zas conforme o Regimento, cubsando com tudo a obrigação  
de fazerem separação da terça.

Artigo 6.º

Os Escrivões das Camaras serão obrigados a ler aos Of-  
ficiaes que de novo tomarem posse, esta Lei, e respectivo



Regimento da Ordenança, a que ella se refere; e quando se tomarem quaesquer deliberações, que pareçam ir contra as suas determinações, onde outras quaesquer Leis, Provisões, ou Posturas não vigoradas, e existentes no Archivo, as lembrará aos Vereadores para sua intelligencia, fazendo-se d'isso menção nos termos de duração para a todo o tempo conatos; pena de pagarão qualquer prejuizo d'ahi resultante as Camaras, ou a quaesquer particulares.

Artigo 7.<sup>o</sup>

No impedimento dos Escrivas das Camaras, servirão os Tabelleães.

Artigo 8.<sup>o</sup>

Escreverão os Escrivas a Reculta, e Despesa, pelo melhor de que está legalmente approvado; e no fim de cada miz formalisará hum Balanco conforme o Regimento de Fazenda, para ser presente aos Vereadores o estado do cofre, e dos credores, e devedores do Conselho.

Artigo 9.<sup>o</sup>

Fica prohibido aos Escrivas das Camaras applicar para si a importancia das licenças que as Camaras concedem aos que vendem em lugares publicos, devendo as ditas quantias entrar no cofre do Conselho para suas despesas, e receberem os Escrivas fomento o que monta a sua escripta conforme o Regimento. = Francisco Carneiro de Campos. = Barão de Alcantara. = Barão de Bayre. = Visconde de Nazarath. = João Antonio Rodrigues de Faria. Ficou sobre a Mesa.

Ordem do dia.

Entrou em 1.<sup>a</sup> discussão o Parecer da Commissão da Redacção do Diario, sobre a representação feita pelo seu Redactor, e venceu-se que passasse a 2.<sup>a</sup> discussão.

Seguiu-se o debate do Parecer da Commissão do Senado, incumbida de formar o Regimento Commum a ambas as Camaras, ao qual se unio o Relatorio que a Commissão mixta tinha ultimamente apresentado.

Depois de hum longo debate, julgando-se a ma-



teria discutida, propoz o Sr. Presidente se passava a ultima discussão, e assim se resolveu.

Entrou em discussão o Parecer da Commissão da elleiçã sobre o requerimento dos Officiaes da Secretaria do Senado, porém por causa da hora ficou adiada.

Seguido a este tempo a palavra o Sr. Visconde de Barbacena: o Sr. Presidente consultou a Camara se queria prorrogar a Sessão; e decidindo a Camara que sim, ponderou entã a necessidade de se enviar hum a Deputação a Sua Magestade Imperial, para sollicitar a sua Resolução sobre o Encerramento da effluvia Geral.

Propozas entã o Sr. Presidente se a Camara queria que se officiasse para esse fim ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio; decidio-se que sim.

Determinou o Sr. Presidente para a Ordem do dia, o Projecto de Lei sobre a Dotação da Familia Imperial; o Parecer da Commissão da elleiçã, que hoje se adiará; outro Parecer da Commissão de Legislação a cerca do requerimento do Desembargador João Cardoso de Almeida e Annado; e os Projectos de Lei sobre a responsabilidade dos Ministros, Conselho de Estado, e sobre a Organisação do Exército.

Levantou-se a Sessão ás duas horas e hum quarto. = Visconde de Santo Amaro, Presidente. = João Antonio Rodrigues de Faria, 1.º Secretario. = Barão de Valença, 2.º Secretario.

Sessão 89.ª

No dia 1.º de Setembro de 1826.

Presidencia do Sr. Visconde de Santo Amaro.

Abriu-se a Sessão, e lida a Acta da antecedente, foi approvada.

O Sr. 1.º Secretario leu hum officio do Ministro de Estado dos Negocios do Imperio, communicando que Sua Magestade o Imperador receberá hoje